

GRANDE PROPRIEDADE E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: O MÉXICO E O MITO DA *HACIENDA* FEUDAL^{*}

Simon Miller^{**}

Tradução: Márcio Caniello.

Revisão Técnica: Marilda Menezes e Edgard Malagodi.

LEYENDA NEGRA DE LAS CASAS A KENNEDY

No turbulento período pós-Revolução Cubana, o abalado governo norte-americano assina, por intermédio de Jack Kennedy, a *Aliança para o Progresso* em Punta del Este, Uruguai. A América Latina deveria ser modernizada com a ajuda do dólar, imunizando, por este meio, a contaminação do sub-continente por Cuba. Implícito nesse pacto está o argumento de que o progresso da América Latina teria sido bloqueado pelos privilégios oligárquicos e suas raízes rurais fundadas no anacrônico latifúndio, ou *hacienda*. Portanto, a Aliança visava transformar o atraso da América

^{*} Traduzido de: S. Miller, "The Great Estate and Agrarian Development: Mexico and the Myth of the Feudal Hacienda", in *Nord und Süd in Amerika*, (Wolfgang Reinhard & Peter Waldmann, eds.). Rombach Verlag, 1992. Tradutor: Márcio Caniello, Prof. Antropologia, UFPB, C. Grande. Revisão Técnica: Marilda Menezes e Edgard Malagodi. Dept^o. de Sociologia e Antropologia. UFPB, C. Grande.

^{**} Simon Miller é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Manchester, Inglaterra.

Latina por meio do estabelecimento da reforma agrária. A fórmula era sedutoramente simples: abolir a hacienda arcaica, matando dois coelhos com uma só cajadada: a democracia desestabilizaria as oligarquias e a burguesia rural passaria a dominar o haceda-do feudal.

Desta maneira, os documentos de Punta del Este somaram-se a uma extensa tradição intelectual na América Latina, vagamente definida como Lenda Negra, ou *Leyenda Negra*¹. A origem desta tradição foi, sem dúvida, a veemente denúncia de Las Casas sobre odiosa maneira com que os conquistadores tratavam os índios americanos. Mas, com o passar do tempo, a abrangência dessa denúncia foi se estendendo a uma grande variedade de males da América Latina, todos atribuídos à perniciosa influência da Espanha. Não menos importante dentre eles era a presença do latifúndio – uma relíquia senhorial somente possível pela negligência governamental em relação ao campo e pelos privilégios oligárquicos que nele grassavam. Mais ou menos uma década antes do acordo de Punta del Este esta caracterização foi estabelecida num pioneiro estudo histórico de François Chevalier sobre o norte do México, que apareceu significativamente no periódico *Problemas Agrícolas e Industriales de México*². Não se sabe se os autores do texto da Aliança tinham alguma familiaridade com essa validação acadêmica, mas há muito pouca dúvida por parte do governo Kennedy, de que o México era uma exceção que confirmava a regra – um caso de reforma agrária bem sucedida, com a eliminação da hacienda arcaica e a conseqüente emergência de um país caracterizado por uma “democracia” civil estável e um “milagre” econômico sustentado. Para os latino-americanos do Sul, o modelo a ser seguido vinha uma vez mais do Norte³.

¹ C. Gibson (ed.), *The Black Legend: Anti-Spanish Attitudes in the Old World and the New*, New York, 1971.

² F. Chevalier, “La Formación de los Grandes Latifundios en Mexico”. In *Problemas Agrícolas e Industriales de México*. México, 1956.

³ Este artigo trata apenas de um estudo de caso sobre o México, mas há indícios de que revisões similares sobre o estereótipo da hacienda, ou latifúndio, serão logo estabelecidas para outras áreas da América Latina (correspondência pessoal com Lewis Taylor, Felipe Portacarrero e Eduardo Posada).

Essa presunção de que o Norte possuía a chave para o progresso tinha quase o mesmo "pedigree" na tradição que a própria Lenda Negra e era extensiva até à "Mãe" das Américas. Ela dominou o debate sobre o atraso do Sul desde o declínio da Espanha como potência mundial e sua destituição pelas emergentes nações iluministas do norte da Europa (de onde os espanhóis passaram a ser considerados com uma mistura de piedade e desdém como que enganados pelo "espírito da superstição iliberal"). Liberais espanhóis, como Asturian de Jovelanos, foram então cativados pelos mentores do Norte (especialmente Adam Smith), chegando conseqüentemente à conclusão de que o estado decadente da agricultura espanhola era causada pela existência de leis ruins. A partir desta mesma perspectiva, argumentavam que a Espanha era um país rico por natureza tornado pobre por instituições legais que impediam a multiplicação de pequenos agricultores⁴.

O MÉXICO E O MITO DO PEQUENO AGRICULTOR

Por esse caminho a panacéia do pequeno agricultor fez época e cruzou o Atlântico até as colônias espanholas. Lá, na Nova Espanha, ela adquiriu maior credibilidade a partir dos célebres escritos do Barão von Humboldt, que propugnavam o mito (sustentado até os dias de hoje) de que o México era uma cornucópia de abundância natural (levado até o extremo de considerar que a própria forma geográfica do país se assemelhava ao chifre da fartura), cujos frutos eram dizimados por instituições sociais arcaicas e destrutivas⁵. A descrição da cena agrária da Nova Espanha por Humboldt foi profundamente influenciada pelos escritos e opiniões de Manuel Abad y Queipo, o Bispo de Michoacán durante o período de decadência da Colônia e, depois, sob a perspectiva de seu discípulo Asturian de Jovelanos, destacado defensor da economia do pequeno produtor.

⁴ R. Herr, *Rural Change and Royal Finances in Spain*. Berkeley, 1989. D. A. Brading, *The First America. The Spanish Monarchy, Creole Patriots and the Liberal State 1492-1867*. Cambridge, 1991.

⁵ A. von Humboldt, *Ensayo político sobre el Reino de la Nueva España*. México, 1966.

Abad y Queipo dirigiu sua atenção às questões, supostamente relacionadas, da agricultura não-competitiva da Nova Espanha e do empobrecimento dos índios. Ele estava perplexo pelo fato de que o trigo mexicano não conseguia competir com o produto norte-americano no lucrativo mercado cubano, e concluiu que esta deficiência devia-se ao atraso dos índios. Ele era bastante astuto e suficientemente esclarecido sobre a situação do México para ignorar o panorama mais amplo que condicionava esta deficiência e, na verdade, listou uma série de outros fatores – o fardo dos dízimos da Igreja, a desestimulante taxa de 6% sobre produtos de exportação, leis municipais que restringiam a venda de grãos fora do município, o péssimo estado das estradas mexicanas, o terreno montanhoso, as chuvas irregulares e o dinheiro escasso que constrangia o desenvolvimento do comércio agrícola. Porém, apesar dessa ampla análise, Abad y Queipo finalmente fixava sobre a existência do latifúndio e a concentração da posse da terra como a principal causa do atraso da agricultura mexicana – e, deste modo, concluía que “a indivisibilidade das haciendas, a dificuldade em administrá-las, a falta de propriedade entre o povo produziu e continua produzindo efeitos deploráveis na agricultura, na população e na nação em geral”⁶.

Juntos, Humboldt e Abad y Queipo estabeleceram o tom para a análise e o debate sobre a questão agrária no México – e, talvez, por extensão, para a América Latina como um todo por intermédio da Aliança para o Progresso, em 1961. Suas formulações eram claras – a Nova Espanha era um Jardim do Éden, um paraíso natural de prolífica abundância tornado artificialmente pobre pelo obsoleto poder da Espanha e a epítome da contaminação colonial – a hacienda. Quaisquer virtudes da economia de escala, esporádica e ineficientemente promovida na Espanha por Francisco Bruna, deão da Audiencia de Sevilha, pátria da fazenda extensiva de trigo, estava perdida na confusão de entusiasmos pela panacéia do pequeno agricultor e no profundo mau uso dos modelos milagrosos dos pequenos proprietários ingleses (*yeomanry*) e da América jeffersoniana.

⁶ M. Abad y Queipo, *Escritos*, citado em D. A. Brading, *First America*, 1991, p. 570.

A referência a essas histórias de sucesso partiu de um empirismo seletivo na medida em que, em ambos os casos, exemplos da evolução da grande propriedade (exploradora das vantagens da produção em escala) eram evidentes – desde os Cokes de Norfolk até a plantation escravista do Sul dos Estados Unidos. Conceitos paralelos também emergiram para dar conta de similaridades estruturais, como considerar que as haciendas eram castigadas por seu “endividamento” e pelo anacronismo do fideicomisso e morgadio, enquanto os modelos inglês e norte-americano eram louvados por seu acesso ao “crédito” e à “hipoteca” e pela perspicaz tradição da primogenitura (a qual protegia a integridade da propriedade vitoriana contra os acometidos do machismo inglês).

Tão possuídos estavam esses comentadores pela noção de que as instituições sociais eram as chaves do sucesso econômico (agindo negativamente, no caso das más leis espanholas e da propriedade “feudal”), que eles aparentemente estavam prontos a acreditar na simples imposição desses modelos sem restrições às variações locais e suas circunstâncias específicas. As palavras e a ciência de Abad y Queipo foram, então, subseqüentemente reverenciadas pelos liberais mexicanos que lideravam a era da Independência, como José Maria Luís Mora, que reeditou todos os seus trabalhos, e o mito do pequeno agricultor e da pequena escala de produção transformou-se numa espécie de tesouro para o discurso mexicano dominante sobre a questão agrária – conseqüentemente ele deixou uma marca indelével nas idéias de um advogado radical de fama revolucionária, Andrés Molina Enríquez⁷.

Na sua panfletária análise dos “grandes problemas” mexicanos, Molina Enríquez atribuiu à hacienda sua então difundida responsabilidade em relação tanto à desigualdade social quanto ao atraso econômico – uma relíquia “feudal”, perdulária e anacrônica (“não é um negócio”), e sobrevivendo unicamente devido ao monopólio da terra e às expensas dos camponeses. Quebrando o liberalismo doutrinário de seus predecessores e, antecipando-se à Aliança para o Progresso, Molina Enríquez advogava a intervenção do Estado para a destruição da hacienda, tornando-se uma peça-

⁷ A. Molina Enríquez, *Los Grandes Problemas Nacionales*. México, 1909.

Estado para a destruição da hacienda, tornando-se uma peça-chave na elaboração das cláusulas agrárias na Constituição de 1917 e na Reforma Agrária que derivou dela. Ao final do período Cárdenas (1934-1940), a grande propriedade mexicana foi legada ao lixo da história e aos comentadores políticos restou a busca pela fênix de uma nova e vital burguesia agrária.

A HACIENDA NA HISTORIOGRAFIA MEXICANA MODERNA

A Revolução Mexicana, portanto, transformou o panorama agrário e, finalmente resgatou o ideal jeffersoniano da agricultura de pequena escala. Os termos e o tom do discurso também mudaram. Forjado no calor da luta popular e elaborado a partir de origens específicas e paroquiais, a ênfase foi deslocada desproporcionalmente ao tema da injustiça social – um discurso que, por outro lado, era endereçado mais a uma agenda política de longo prazo (“nacionalidade”, “legitimidade política” e “sociedade civil”) do que propriamente à economia agrária.

Uma vez estabelecido, o discurso deu o tom à historiografia pós-revolucionária. Da tese pioneira de Tannenbaum considerando a Revolução como uma insurreição de massa de camponeses anônimos e provincianos contra as injustiças “feudais” da hacienda expansionista, até a mais recente análise de Alan Knight, que numa série de estudos revisionistas, demonstra que a orientação econômica da hacienda tem sido mais “comercial” do que “senhorial”. Como unidades que se adaptam e se orientam pelo lucro, o perfil essencial da grande propriedade mexicana tem permanecido inalterado⁸.

No contexto do debate sobre os caminhos do desenvolvimento agrário e da função da produção de larga escala, a experiência mexicana (e latino-americana) esteve, desta maneira, marginalizada. Houve pequenas e preciosas discussões sobre o assunto: assim, as premissas básicas da *Leyenda Negra* foram o ponto de par-

⁸ F. Tannenbaum, *The Mexican Agrarian Revolution*. Washington, 1930, e A. Knight, *The Mexican Revolution*. Cambridge, 1986.

tida e a hacienda que aparece na historiografia mexicana moderna é, portanto, muito pouco diferente da instituição colonial de Abad y Queipo e do bode expiatório porfiriano de Molina Enríquez.

Portanto, corporificando os principais defeitos atribuídos a ela por sua tradição arcaica, a grande propriedade mexicana é ainda definida como tendo sido uma barreira ao desenvolvimento econômico, onde as dimensões de escala servem apenas como muletas de uma sobrevivência artificial (monopolizando terra – e, conseqüentemente, trabalho e mercado) , ao invés de serem consideradas como adaptações orgânicas às condições globais e históricas externas. Se a perspectiva de Knight pode ser tomada como um divisor de águas na historiografia do México moderno, nós somos obrigados a concluir que a grande propriedade ainda leva a marca de Caim, como uma má instituição responsável pelo desenvolvimento retardado da América Latina e pela degradação de uma das cornucópias da natureza. Em suma, as premissas da *Leyenda Negra* e da Aliança para o Progresso permanecem intactas.

O PARADOXO HISTORIOGRÁFICO DA HACIENDA COLONIAL

Uma vez que estas premissas se tornaram pontos cardiais na historiografia econômica do México, a discussão mais produtiva sobre a hacienda partia de sua aparente fraqueza e sobrevivência paradoxal. Pois, considerando sua estrutura arcaica e ineficiente (assim ela era vista), a hacienda não poderia ter sobrevivido. Neste sentido, o principal foco de análise foi dirigido à solução desse dilema essencial e muitas explicações interessantes foram propostas em relação às causas de sua permanência histórica: uma alta transação em propriedades; infusões de capital fecundo advindo de setores menos anêmicos da economia, como a mineração e o comércio; as redes de relação que ligavam terra e igreja, e a sustentação da primeira pela segunda; um contexto econômico favorável, artificialmente criado por um Estado dominado pela elite dos proprietários de terra, composto por incentivos como protecionismo tarifário e baixos impostos; e, finalmente, uma gama de vantagens políticas e econômicas que garantiam ao hacendado

uma vitória sobre seu (pressupostamente) competidor mais eficiente, o pequeno proprietário camponês – conseqüentemente completando sua vitória ao reduzir este último a uma reserva barata de trabalho sub-empregado ou endividado⁹.

Ainda que toda essa pesquisa tenha lançado luz sobre dimensões importantes da economia das grandes propriedades, seu aspecto principal, o fator escala, foi submetido a um foco distorcido. Este aspecto decisivo da economia agrária latino-americana foi sempre considerado no contexto das premissas negativas da *Leyenda Negra*: assim, a hacienda mexicana foi descrita como um feudo senhorial que atraía dinheiro com objetivo de nobilitação e, deste modo, inútil, à medida que transformava mineradores e comerciantes em proprietários ausentes e perdulários; similarmen- te, foi sustentado que o poder sem limites derivado destas fazen- das extensivas teriam reduzido o campesinato local a uma condi- ção de servidão efetiva, conseqüentemente subvertendo seu dina- mismo e monopolizando terra e trabalho numa combinação arcai- ca de conservadorismo, pobreza e baixa produtividade. Em suma, o fator escala nessa tradição intelectual foi consistentemente identificado como a causa de raiz tanto do atraso econômico como da desigualdade social – daí, a Aliança para o Progresso. Está no momento de se rever esta concepção tão longamente sustentada.

HACIENDAS COLONIAIS: ORIGENS, ESCALA E DESENVOLVIMENTO

Unidades agrárias de larga escala eram inevitáveis na Améri- ca Latina uma vez que foram criadas em meio à catástrofe demo- gráfica dos primeiros tempos coloniais ou em áreas que nunca su- portaram populações sedentárias em qualquer densidade; nos dois casos, a hacienda era, em parte, uma resposta às condições de abundância de terra e escassez de mão-de-obra.

Uma vez formada a grande propriedade, ela se confrontava,

⁹ W. B. Taylor, *Landlord and Peasant in Colonial Oaxaca*. Stanford, 1972; D. A. Brading, *Haciendas and Ranchos in the Mexican Bajío*. Cambridge, 1978; e E. Florescano, *Precios de Maíz u Crisis Agrícolas en México 1708-1810*. México, 1969.

então, com problemas de baixa demanda no mercado e altos custos de produção e transporte. Em muitas partes do México esses problemas eram agudizados por estarem elas localizadas em terrenos inóspitos, solos ruins e clima imprevisível (transformando-se, paradoxalmente, numa aparente salvação para propriedades ineficientes quando fazendeiros podiam estocar e especular com cereais em tempos de abundância ou excassez, respectivamente). Portanto, não pode haver dúvida que, mesmo em caso de produtos lucrativos como o açúcar, os lucros gerados pela terra eram desesperadoramente difíceis de serem auferidos, e que muitas propriedades sofriam de altos níveis de endividamento e eram sujeitas a freqüentes trocas de donos.

Em meio a estas condições adversas, que prevaleceram operantes até o Século XVIII, o método de administração racional da grande propriedade consistia em cortar custos ao mínimo necessário, reduzindo a terra de uso próprio e aumentando as terras destinadas a arrendamento. Todas as análises sobre o período colonial sugerem que essa estratégia era largamente adotada e que a introversão local e a auto-suficiência eram a regra geral. A ausência de qualquer classe empreendedora dinâmica, seja proprietária ou camponesa, não seria, portanto, algo que surpreendesse.

De qualquer maneira, a renovação populacional e a atividade mineradora transformaram o panorama econômico da hacienda nas últimas décadas da Colônia. Estudos sobre o Bajío, região sertaneja de Guadalajara, o estado de Puebla e o grande Michoacán revelam que, em todos estes locais, havia atividades empreendedoras da classe de grandes proprietários¹⁰. As terras de uso próprio foram reativadas e várias medidas foram tomadas para aumentar e diversificar a produção: muros e cercas eram levantadas, novas terras eram desbravadas e cultivadas, açudes eram construídos e sistemas de irrigação implantados, erigiam-se silos para armazenagem de cereais e estábulos e currais para abrigar as criações. A mão-de-obra, as ferramentas e materiais envolvidos neste

¹⁰ Brading, *Haciendas*. 1978; E Van Young, *Hacienda and Market in Eighteenth Century Mexico*. Berkeley, 1981; e C. Morin, *Michoacán en la Nueva España del Siglo XVIII*. México, 1979.

renascimento agrário refletiam o dramático surto de investimento, uma resposta dinâmica ao aumento da demanda do mercado e ao valor da terra, que crescia vertiginosamente neste período – que, em média, triplicava de preço, chegando, em muitos casos a decuplicar.

É claro que o estado efervescente da economia também pressionava o valor dos estoques criatórios necessários ao renascimento econômico e afetava particularmente o preço das mulas de carga, um testemunho do grau de revitalização que afetou os negócios.

Toda essa energia atestava o renascimento da economia colonial na Nova Espanha. Fazendeiros empreendedores do México central reagiam às novas oportunidades e respondiam à demanda gerada pelo crescimento das cidades e, particularmente, pela extraordinária expansão da mineração de prata. Há pouca divergência em relação ao papel desempenhado pela economia senhorial nesse processo, ainda que tenham sido freqüentemente enfatizadas as mudanças em relação ao trabalho e à mão-de-obra – camponeses fornecedores sendo removidos dos mercados urbanos, a não-remuneração ao desmatamento de áreas que serviriam à exploração agrícola do proprietário e o crescente aumento do valor dos arrendamentos e dos despejos que transtornavam a vida de moradores estabelecidos há longo tempo nas propriedades¹¹.

Tal ênfase social, não há dúvida, é inteiramente legítima, especialmente em relação ao período que culminou na insurreição popular da *Insurgencia* de 1810. Todavia, o impacto social dessas mudanças tendeu a obscurecer as tendências econômicas das haciendas, que foram, nesta medida, reduzidas a um status ligeiramente depreciativo de “comercialização”, ou a ações de exploração oportunística destinadas a fazer do proprietário um bem-sucedido quando as condições eram favoráveis. Com poucas exceções, a análise explícita dessas tendências econômicas é que elas representaram mudanças “de grau... e não de tipo”, melhor descritas como “crescimento” ao invés de “desenvolvimento”, com pouco ou

¹¹ Van Young, *Hacienda*. 1978; Morin, *Michoacán*. 1979; e J. Tutino, “Life and Labour on North Mexican Haciendas”, in E. C. Frost, M. C. Meyer and J. Zoraida (eds.), *El Trabajo y los Trabajadores en la Historia de México*. México, 1979.

nenhum aperfeiçoamento na "produtividade"¹².

Na falta de qualquer evidência detalhada para sustentar esta avaliação quiçá censuradora, ela torna-se pouco sustentável. É claro que não pode haver dúvida de que uma parte dessa tendência de comercialização envolvia um processo de colonização interna – a produção extensiva por meios tradicionais de roçagem e cultivo nas terras em áreas marginais e baldias. Este era claramente um caso de extensificação ao invés de intensificação e, na medida em que podemos afirmar seguramente, não envolvia qualquer mudança na produtividade, seja da terra ou do trabalho. Ao mesmo tempo, entretanto, deve ser dito que tal processo era comum a todas economias agrárias com fronteiras abertas: como demonstra o fluxo de exploração agrícola no nordeste dos Estados Unidos, onde havia terras virgens à disposição, nenhum fazendeiro, seja pequeno ou grande, recorria à mais trabalhosa e cara opção de se aumentar a produtividade.

Há, entretanto, outros aspectos em relação ao trato das terras de uso próprio nas haciendas neste período. Construções e cercas podem contribuir para um incremento global na eficiência e lucratividade da fazenda, mas dificilmente podem influir na melhoria da produtividade. Açudes e canais de irrigação, contudo, me parecem estar numa categoria diferente, ao menos em relação ao aumento de produtividade da terra. A terra irrigada pode ser usada para o cultivo do trigo de inverno, da pimenta e de legumes e frutas – e, além do mais, uma safra de milho pode ser plantada imediatamente após a colheita do trigo.

Estes desenvolvimentos podem não ter requerido qualquer nova tecnologia, mantendo, evidentemente, os níveis de produtividade do trabalho inalterados, mas me parece que afirmar que este período de renascimento dinâmico não representou mudanças de "tipo" ou avanços na produtividade, significa fechar os olhos diante das evidências. De fato, os mananciais e a irrigação eram tão importantes tanto para os camponeses quanto para os grandes

¹² E. Van Young, "The Age of Paradox: Mexican Agriculture at the End of Colonial Period, 1750-1810". in N. Jacobsen e H. J. Pule (eds.), *Economics of Mexico and Peru during the late Colonial Period, 1760-1810*. Berlim, 1986, pp.64-5.

proprietários, que aqueles anos da decadência da Colônia testemunharam um aumento na frequência de tensões e conflitos em relação ao acesso a eles. Tais episódios pressagiaram a explosão da *Insurgencia* de 1810 – evento que, indubitavelmente, desestabilizou o comando econômico dos Bourbon e reverteu as tendências de exploração puramente comercial da hacienda e a dominação senhorial da terra.

INDEPENDÊNCIA E BARREIRAS AO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A transição da Nova Espanha para o México foi dolorosa e dispendiosa. Convenções de mercado foram rompidas, a mineração de prata (o dínamo da economia) foi paralisada e as tendências demográficas mergulharam na estagnação. A saída dos espanhóis foi acompanhada pela classe comercial e muito do seu capital e a perda do poder centralizado deixou o país exposto a sessenta anos de caos político, fragmentação regional, desordem endêmica provocada pela guerra civil e pelo banditismo, alta evasão fiscal infligida por um militarismo superdimensionado e invasões estrangeiras que lhe imprimiam muitas derrotas.

As precondições políticas para o crescimento não podem ser subestimadas e é claro que qualquer desenvolvimento agrário conseguido sob circunstâncias tão adversas quanto essas presentes no México recém-independente, era praticamente arrancado da catástrofe. Basta dizer aqui que tal esforço foi mais que mantido da mesma maneira em que a *Pax Porfiriana* de 1876-1910 foi acompanhada por crescimento rápido, altas taxas de investimento e um impulso no crescimento demográfico.

O objetivo aqui, contudo, é definir o papel que a grande propriedade desempenhou no meio disso tudo. As evidências são fragmentárias para os anos de recessão imediatamente posteriores à Independência, mas todos os indicadores disponíveis sugerem que o hacendado adotou a estratégia óbvia do corte de custos, reduzindo o papel da terra senhorial de uso próprio, revertendo-o para o papel de um rendeiro. Diante de tais condições adversas, não é surpreendente que a economia senhorial tenha precisado ceder

espaço ao pequeno arrendatário, deixando o campo retroceder no torpor da dominação senhorial.

Essas condições políticas, é claro, afetaram tanto os pequenos agricultores quanto as haciendas e, desta maneira, evidenciam um contexto explicativo mais para os problemas que afetavam o México rural como um todo e não esclarecem deficiências ou qualidades específicas relacionadas com o fator escala. A mais clara conclusão que se pode ter é que, sob essas circunstâncias adversas, o balanço das vantagens pende a favor do pequeno agricultor: num mundo econômico de altos custos e lucros de risco, o camponês desmonetarizado que usa o trabalho familiar como base da exploração agrícola garante ao menos a sobrevivência, quando não um provimento dinâmico.

Aqui, é de fundamental importância revisar os destinos da grande propriedade na fase de mais extrema dificuldade a que chegou. A recessão deve ter acelerado a taxa de transação de propriedades, mas a hacienda como instituição permaneceu ilesa, presumivelmente sobrevivendo através dos créditos da Igreja e das rendas do aluguel da terra¹³. Um estudo brilhante conduzido nos anos 1840 em Querétaro, estado do México Central, revelou os problemas que assolavam a economia das haciendas, mostrando que os lucros marginais obtidos no mercado doméstico demandavam uma redução nos custos de produção e um incremento na produtividade¹⁴.

Del Raso conclui sua cuidadosa análise com a observação de que o trabalho na hacienda mexicana era ineficiente em comparação com o desempenho dos trabalhadores ingleses e que esta deficiência poderia ser sanada se ferramentas e equipamentos melhores estivessem disponíveis. Com este fim sugeriu a elaboração de um programa governamental que oferecesse incentivos aos grandes fazendeiros em relação à adaptação de novas tecnologias agrícolas para uso local. Como um modelo exemplar, ele citou o caso

¹³ J. Tutino, "Hacienda Social Relations in Mexico: The Chalco Region in the Era of Independence", in *Hispanic American Historical Review*, (55/3), 1875, pp. 496-528.

¹⁴ J. A. del Raso, *Notas Estadísticas del Departamento de Querétaro*, México, 1848.

da fazenda Tequisquiapán, onde se construiu o protótipo de um debulhador capaz de redimensionar os custos e o ritmo da colheita de trigo.

As idéias de Del Raso nos remetem ao dilema citado por Abad y Queipo acerca do fracasso do trigo do México no mercado cubano. Como se destacou anteriormente, o bispo atribuiu a culpa dessa situação à hacienda como forma de posse da terra (e, presumivelmente, a falta de zelo empresarial a ela relacionada), enquanto Del Raso era acrítico em relação à estrutura da grande propriedade e, de fato, otimista sobre suas perspectivas futuras. Dois pontos de considerável interesse emergem de suas posições: por um lado, a nova tecnologia deveria ser usada localmente e, por outro, os esforços para reduzir custos deveriam ser direcionados à produtividade do trabalho.

Ambos estes pontos sublinham implicitamente o problema central da economia latifundiária do fim da Colônia até o período da Independência: transporte¹⁵. Toda a estrutura da análise de Del Raso assenta-se na suposição de que não havia probabilidade alguma de melhora nessa área crítica – os custos não poderiam ser significativamente reduzidos e havia pouquíssima chance dessa volumosa massa de tecnologia chegar aos estados remotos em lombo de mula. Por outro lado, o dilema de Abad y Queipo teria sido elaborado de forma completamente diferente se ele tivesse refletido sobre a dramática vantagem do transporte fluvial norte-americano. Produtos agrícolas das Grandes Planícies eram escoados por uma rota fácil e barata, descendo o Mississipi até New Orleans e de lá cruzando o Golfo do México; o trigo das haciendas, em contraposição, tinha que ser transportado por tração animal da *Mesa Central* mexicana ao Porto de Vera Cruz, passando por uma rota tortuosa, sofrendo a ameaça de bandidos e precipícios de até dois mil metros de altura.

Os custos exorbitantes do transporte de mercadorias sobre território mexicano já haviam sido notados – em 1793, por exemplo, a

¹⁵ J. Coatsworth, "Obstacles to Economica Growth in Nineteenth Century Mexico", in *American Historical Review*, (83/1), 1978, pp. 80-100.

fazenda Palote em Guanajuato transportou 2.000 fangas¹⁶ de milho para o silo municipal na cidade de Zacatecas, distante 275 quilômetros: o custo desse frete somou \$ 5.250, ou dois terços do preço unitário final do milho, 32 reales. Não é de se admirar que contemporâneos insistissem que "qualquer que seja a safra, a hacienda que planta grãos necessita de uma tropa de mulas para carregá-la"¹⁷. Com taxas de frete tão altas, os fazendeiros eram obrigados a cortar os custos de produção ao mínimo para obter pelo menos algum lucro.

Algumas evidências similares podem ser levantadas em relação a meados do Século XIX. Fanny Calderón de la Barca visitou, em 1840, uma fazenda com bons solos irrigados, e ouviu de seu proprietário reclamações em relação ao custo do transporte para cruzar os 200 quilômetros até a Cidade do México, o que tornava todo o empreendimento anti-econômico. Da mesma maneira, uns vinte anos depois no vizinho estado de Querétaro, dados da fazenda San Juanico mostram que os custos básicos de produção (trabalho e sementes) do milho somavam 66 centavos por fanga¹⁸. Nessa época, San Juanico tinha de pagar por volta de 75 centavos por carga (2 fangas) por dia de frete, numa viagem de 40 quilômetros. A fazenda ficava próxima à cidade de Querétaro mas viagens mais longas, por exemplo em direção aos mercados mais lucrativos da Cidade do México, levavam cinco dias e custavam \$ 3,75 por uma mercadoria que havia custado apenas \$ 1,30 para ser produzida. Preços do milho tão altos que chegavam a \$ 2,50 por fanga – preços que eram excessão mais que regra nas décadas de meados do Século XIX – teriam, portanto, apenas coberto os custos básicos de produção e frete.

¹⁶ Fanga é uma antiga unidade de medida para secos equivalente a 145 litros, aproximadamente (*nota do tradutor*).

¹⁷ Brading, *Haciendas*, 1978, p. 78.

¹⁸ Dados sobre San Juanico retirados de S. Miller, *Agrarian Capitalism in Central Mexico: from Hacienda to Rancho in Querétaro, 1845-1980*, Tese de Doutorado, Duham, 1983.

LUCRATIVIDADE DAS HACIENDAS: AS EXCESSÕES DOS MEADOS DO SÉCULO XIX

O problema do baixo valor unitário do milho e das altas taxas de frete só foi realmente resolvido através da redução dos custos de produção pela meação e com a chegada das estradas de ferro¹⁹. Neste meio tempo, a produção de milho operou a taxas de lucro marginal na economia latifundiária – a produção tendeu, conseqüentemente, a ser definida por necessidades internas, no preparo de forragem e rações, e pela venda ocasional quando condições de escassez criavam preços inflacionados que compensavam os altos custos de transporte. Sob essas circunstâncias adversas a rota da lucratividade passava pela diversificação de produtos que comandavam melhores preços de mercado (como trigo e cana-de-açúcar) ou produtos de maior valor por unidade de peso (como pimenta e pulque²⁰).

Mas somente quando a grande propriedade possuía vantagens naturais como clima favorável ou boa irrigação, essa alternativa era viável. Onde essas condições mínimas prevaleciam, por volta de meados do Século XIX, muitos fazendeiros revertiam o estereótipo de senhores ausentes e tornavam-se capitalistas ousados. O caso da fazenda San Marcos ilustra esse ponto. Localizada nas bacias ao Sul de Jalisco, na *tierra caliente* e sob a sombra do vulcão Colima, San Marcos pôde concentrar-se na produção de açúcar – e fabricava açúcar refinado, açúcar mascavo, aguardente e rum²¹.

Por seu turno, o estado de Morelos, maior centro produtor de açúcar do México, foi duramente afetado pela Insurgência, o que postergou sua recuperação econômica até fins do Século XIX. De acordo com a análise de Womack, seu desenvolvimento real em termos de métodos de produção e produtividade foram apenas introduzidos na década de 70, quando tecnologias importadas preci-

¹⁹ S. Miller, "The Mexican Hacienda between the Insurgence and the Revolution", in Journal of Latin American Studies, (16/2), 1984, pp. 309-336.

²⁰ Bebida fermentada de agave, muito popular no México.

²¹ Dados sobre San Marcos extraídos de S. Miller, "Social Dislocation and Bourgeois Production on the Mexican Hacienda", in Bulletin of Latin America Research, (2/1), 1982, pp. 67-79.

pitaram a transição "do feudo à fábrica"²². San Marcos, no entanto, estava localizada em área de clima quente e úmido, bem semelhante às condições clássicas para a produção de cana-de-açúcar e ainda mais favoráveis que em Morelos, onde a falta de precipitação pluviométrica adequada forçava os fazendeiros a implantar sistemas de irrigação mais caros. Em contraposição, entretanto, San Marcos ficava distante dos mercados mais importantes e, durante os anos do meio do Século a essa desvantagem foram adicionados os riscos advindos de dois levantes indígenas e do banditismo endêmico do notório soldado-bandoleiro Coronel Rojas.

Essas eram circunstâncias pouco auspiciosas para um empreendedor ousado, mas o herdeiro da propriedade em 1850, um padre de nome José Francisco Figueroa, resolveu transformar San Marcos numa empresa próspera e modernizada. Três aspectos de sua administração se destacam a partir dos dados deixados por ele. Primeiramente, a maneira pela qual ele controlava minuciosamente a administração da fazenda, sua residência permanente na propriedade (de clima bastante desfavorável para os padrões da época) e sua quase calvinista dedicação às tarefas cotidianas — como a redação de correspondência de negócios até mesmo no dia de Natal, e a persistente cobrança de devedores em atraso, sem fazer exceção aos parentes.

Em segundo lugar, a forma como os problemas com o transporte foram tratados. Em 1856, por exemplo, perto de dois terços do açúcar produzido na fazenda era negociado em Guadalajara, distante uns 200 quilômetros, enquanto outra quarta parte do produto seguia para Mazatlán, na costa de Sinaloa, pelo porto de Manzanillo, em Colima. Oitenta barris de aguardente seguiam a mesma rota marítima para depois serem transportados, via terrestre, até Zacatecas, e outros 130 barris terminavam em Guanajuato (que Figueroa dava graças por estar dentro do perímetro mercantil de Morelos).

Somado a essas iniciativas, Figueroa também assegurava-se

²² J. Womack, *Zapata and the Mexican Revolution*, New York, 1968, p. 42.

de que seus lucros não ficassem submetidos a altas taxas de frete providenciando ele mesmo o serviço. O inventário da propriedade de 1851 lista perto de 200 mulas, todas equipadas para o transporte e divididas em seis grupos, cada qual dotado de animais de reserva e de animais selados para tropeiros. O número total de mulas reportado foi de 264, avaliadas em \$ 7.250, e é evidente que, olhando-se através dos poucos pagamentos registrados pelo aluguel de tropas, este número era suficiente para cobrir as necessidades de transporte da fazenda. Além disso, os dados também indicam que o investimento era justificável na medida em que as taxas cobradas por tropeiros independentes da região teriam custado a San Marcos mais de \$ 3.500 anuais, mesmo em anos de baixa produção.

Não obstante, é significativo o fato de que as pastagens disponíveis na propriedade eram insuficientes para o sustento de burros e éguas necessários para reprodução e reposição e ampliação do plantel – e, em 1856 foram gastos \$ 2.300 na compra de mulas prontas para o trabalho, para cobrir a crescente demanda da fazenda. Sem dúvida, essa era uma quantia alta para a época, mas ela deve ser comparada com o lucro de \$ 35.000 auferido em 1856, ou um retorno de mais de 20% em relação ao capital de 1851.

Em terceiro lugar, outros dados demonstram que Figueroa optou por investir de modo a aumentar a produtividade da propriedade importando, em 1852, uma nova usina de refino norte-americana no valor de \$ 30.000. Em 1863, o valor inventariado de San Marcos havia crescido em 90%, uma clara conseqüência das qualidades empreendedoras do gerenciamento da hacienda, especialmente em tempos tão adversos.

O exemplo de San Marcos, portanto, exorta o modelo de um hacendado empresarial que investe no aumento da produtividade em culturas que possam justificar o risco. Mas ele também lança luz à questão do transporte no âmbito dos dilemas da supostamente retrógrada hacienda. Neste sentido, os dados esclarecem tanto a importância quanto os custos de se manter uma estrutura de transporte própria. Mais importante, contudo, eles demonstram as vantagens do transporte costeiro – não apenas em relação à possibilidade de se chegar a locais inacessíveis por outros meios,

mas por oferecer uma alternativa decisiva para a importação de uma massa de itens tecnológicos que não poderia ser deslocada por via terrestre a longas distâncias.

O acesso relativamente fácil de San Marcos ao porto de Manzanillo no Pacífico era algo pouco usual para o México, cuja maior parte se localiza centenas de metros acima, na *Mesa Central*, e o sucesso e precocidade do investimento (trinta anos antes da muito louvada modernização em Morelos) serve para enfatizar o papel fundamental do transporte e do acesso aos mercados no desenvolvimento agrário do México. Em suma, San Marcos é a exceção que confirma a regra de que o atraso no desenvolvimento agrário do México deveu-se mais à sua geografia inóspita do que a qualquer herança perniciosa de um modelo de propriedade fundiária de larga escala vindo da Espanha.

ESTABILIDADE E ESTRADAS DE FERRO: A FÓRMULA PARA O PROGRESSO DA HACIENDA

Os liberais mexicanos, portanto, estavam equivocados em suas análises sobre a grande propriedade, mas estavam certos, em última instância, na sua avaliação em relação à construção de uma malha nacional de estradas de ferro. Os hacendados, mais próximos à realidade dos entraves econômicos que assolavam o país, perceberam esta necessidade com uma clareza ainda maior e atribuíram à chegada do primeiro trem o alvorecer de uma nova era. A partir de então, produtos locais que anteriormente não podiam chegar a bons mercados agora eram comercializados em cidades distantes graças às novas conexões inter-municipais propiciadas pela estrada de ferro. Em Querétaro, por exemplo, a nova era iniciou-se em 1881 e por toda a década a fazenda Juriquilla vendeu seu trigo em Durango e Coahuila.

Os valores da renda recolhida nas estações em função de taxas de frete evidenciam o surto comercial que resultou da implantação das estradas de ferro: depois de inauguradas em 1882, a receita chegou a meio milhão de pesos em 1890, triplicando este valor por volta de 1909. Estados bem dotados pela malha ferroviária, como

San Juanico, tiraram grande vantagem das oportunidades que surgiram transportando seu trigo e milho para moinhos na Cidade do México e diversificando sua economia com a produção de outros produtos como leite, hortaliças, frutas e pimenta. Na virada do Século essa hacienda, uma propriedade de médio porte para os parâmetros mexicanos, era uma verdadeira colméia de atividade humana durante todo o ano, chegando ao pico da produção nos meses de verão quando empregava 2.500 trabalhadores.

A combinação circunstancial da *Pax Porfiriana* com a expansão das estradas de ferro finalmente liberou a hacienda mexicana dos grilhões do passado: o entusiasmo empreendedor da classe proprietária nesse período forneceu o testemunho da capacidade da grande propriedade em acelerar o ritmo da produção e do desenvolvimento agrário. Talvez em nenhum outro local isso pôde ser melhor observado que na remota bacia do Zamora em Michoacán.

A história dessa transformação emerge de registros fragmentários sobre as fazendas Santiaguillo, Rinconada e El Cerrito que pertenciam aos herdeiros de um certo Francisco García, morto em 14 de janeiro de 1882, e que era administrada em nome deles por um dos irmãos, também de nome Francisco²³. As propriedades eram bem dotadas de solos férteis e acesso a fontes de irrigação, ficando relativamente próximas aos mercados de Guadalajara, características que parecem ter fornecido à família uma base de relativa prosperidade que lhes garantiu grande respeito dos locais. A chegada da estrada de ferro, contudo, abriu novas perspectivas em relação a melhores oportunidades de negócio e a uma prosperidade ainda maior.

Em 1891, a construção da principal linha para o Oeste dotou La Piedad de uma estação, distante uns 100 quilômetros, mas Zamora teve que esperar até 1899 até que um ramal conectasse a área a Guadalajara. García não demorou a reagir: o safra de trigo das fazendas da família em 1899 cresceu aproximadamente 80%, antecipando-se às possibilidades de acesso a novos mercados e,

²³ Dados sobre Zamora extraídos de documentos privados não catalogados em posse do Dr. Gustavo Verduzco, a quem agradeço por ter permitido meu acesso a eles.

com um olho nas futuras necessidades de transporte e, talvez, tração para a debulha, importou 25 éguas dos Estados Unidos, cada uma orçada em \$ 200, nove vezes mais caras que a média dos animais da região.

No entanto, tal energia empreendedora fica ofuscada diante do brilho das iniciativas tomadas por Francisco García imediatamente após a inauguração dos primeiros serviços ferroviários na região. Primeiramente, registros remanescentes mostram quão consideráveis foram os investimentos em ferramentas, implementos e maquinaria (em 1901 orçados em \$ 20.000), parte deles para aperfeiçoar a infra-estrutura das propriedades. Destaque-se, em particular, um ambicioso projeto de transposição de águas do Rio Due-ro para a fazenda Santiaguillo através da construção de um canal de irrigação. Em 1901, os custos decorrentes do empreendimento global para melhorar as propriedades chegou ao considerável montante de \$ 21.555, num tempo em que um dia de trabalho valia entre 20 e 37 centavos, dependendo da idade e especialização do trabalhador.

Essa política de investimento e melhoria infra-estrutural intensificou-se a partir de fins de 1901 quando uma empresa, *El Giro Agrícola*, foi especialmente estabelecida para tal propósito. Então, desencadeou-se um ritmo de trabalho febril e, em meados de 1902, os custos envolvidos elevaram-se à estonteante soma de \$ 90.000, com 320 homens trabalhando na construção do canal, chegando a um total de 800 para a conclusão da obra no verão de 1904.

Paralelamente a essa atividade intensa, outros investimentos eram feitos em equipamentos, maquinaria e rebanhos – todos facilitados pela chegada das ferrovias. Com um mês de formação do *Giro Agrícola* um trator "Cornish" foi comprado na Braniff's da Cidade do México pelo valor de \$ 1.710,20 com um adicional de frete de \$ 105,62. 764 novos bois de tração chegaram no rastro da formação da empresa por mais de \$ 22.000 e, logo depois, uma debulhadeira foi trazida de Irapuato no Bajío a um custo de \$ 3.202,61.

Espécies de gado leiteiro importado (Dorán e Holandês) foram

incorporadas ao rebanho, com bezerros descendo dos comboios por, em média, \$ 120 a cabeça e, em dois anos, eles abasteciam as fazendas com 1.300 litros de leite por semana. Importavam-se arados alemães e norte-americanos e os implementos eram desembarcados dos vagões juntamente com mulas e cavalos necessários para sua tração. Aqui, novamente, as evidências sugerem que tais investimentos obtiveram um retorno considerável. A colheita de milho de 1907 foi cinco vezes maior que as produzidas nos anos 90 do século anterior e a produção de trigo foi duplicada; além disso, um pomar de laranjas foi plantado e, em 1906, ele produzia 50.000 frutas por ano. Comparações anuais podem, é claro, ser enganadoras quando tratam de culturas como essas em tempos como aqueles, mas o panorama geral apresentado aqui não deixa margem para dúvidas: as propriedades dos García transformaram-se e modernizaram-se nos anos que se seguiram à chegada das estradas de ferro.

A HACIENDA: BARREIRA OU BASE DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Os exemplos citados acima sobre a grande propriedade mexicana como um empreendimento dinâmico podem ser estendidos para outras áreas e outras culturas agrícolas. As fazendas de açúcar de Morelos, como já se mencionou, foram transformadas em empresas de exploração intensiva dotadas de altos níveis de capitalização. Fazendas de pulque como Tapetates e Mazaquiahuac na área Apan de Tlaxcala e Hidalgo valeram-se de um meio ambiente pobre, favorável apenas à cultura do agave, e o trabalhador mexicano caiu no esquecimento. Em Yucatán outro meio adverso foi transformado pela grande propriedade – plantações em série de sisal, estradas de ferro de bitolas largas e uma multidão de moinhos de vento são tediosas testemunhas da maneira pela qual a hacienda acelerou o desenvolvimento agrário. Alhures, no norte do país, o algodão foi cultivado nos pântanos esquecidos de Laguna e, na fronteira com os Estados Unidos, grandes áreas foram

desbravadas e tornadas lucrativas²⁴.

A importância dessas transformações não foram negligenciadas nem pelos revolucionários mais radicais: no calor da Revolução o próprio Zapata advertiu seus guerrilheiros para garantirem a produção de açúcar em Morelos; Pancho Villa manteve as fazendas confiscadas de Terrazas intactas; e, finalmente, o *agrarista* Presidente Cárdenas fez o possível para garantir a integridade das fazendas de algodão de Laguna e as propriedades produtoras de frutas e cereais de Nueva Lombardía em Michoacán como *ejidos* coletivos.

Considerando farta documentação, eu argumentei em outro trabalho que tais mudanças deveriam ser entendidas como determinantes da transição para o Capitalismo, atribuindo às haciendas todos os méritos por essa tendência: proprietários-empresários dedicados a aumentar a produção e a produtividade, lucros reinvestidos na infra-estrutura das propriedades e em tecnologia, a emergência gradual de um proletariado rural, ainda que (como em qualquer lugar no mundo da burguesia proprietária de terras) sujeito a uma cultura de autoritarismo paternalista, no entanto crescentemente livre, hierarquicamente organizado e pago regularmente em dinheiro²⁵.

O propósito deste artigo foi cotejar essas transformações cruciais contra a tradição intelectual da *Leyenda Negra* e com muito do que é formulado pela historiografia mexicana moderna. A discussão não se dirigiu a questões sociais, como a pobreza e a distribuição de renda, mas ao significado econômico da grande propriedade. Duas conclusões podem ser extraídas desta análise.

Primeiramente, que o argumento liberal de que a hacienda seria a principal barreira para o desenvolvimento agrário do México é insustentável. De fato, toda a evidência disponível sugere o con-

²⁴ R. Rendon, *Dos Haciendas Pulqueras en Tlaxcala, 1857-1884*, México, 1990; M. Wasserman, *Capitalists, Caciques, and Revolution*, Chapel Hill, 1984; e A. Wells, *Yucatán's Gilded Age*, Albuquerque, N.M., 1985.

²⁵ S. Miller, "Mexican Junkers and Capitalist Haciendas, 1810-1910: the Arable Estate and the Transition to Capitalism between the Insurgence and Revolution", in *Journal of Latin American Studies* (22/2), 1990, pp. 229-64.

trário: a grande propriedade sobreviveu porque ela representava uma adaptação perfeita ao ambiente ecológico e histórico, disso resultando que ela foi capaz de promover a transição para o Capitalismo assim que as reais barreiras ao desenvolvimento (caos político e transporte proibitivamente caro) fossem removidas.

E, em segundo lugar, que o elemento escala desempenhou um papel importante nessa transição. No seio de tais condições adversas ficou claro que as estratégias bem sucedidas que foram empregadas por hacendados progressistas, como o desenvolvimento de sistemas de irrigação, o provisionamento de tropas de mulas para frete e a importação eventual de tecnologias caras do estrangeiro, foram todas possibilitadas pela estrutura e existência da grande propriedade. Exatamente da mesma maneira, como demonstra o retardo do desenvolvimento até os anos 50 deste século²⁶, as perspectivas para os festejados “pequenos produtores”, panacéia dos liberais, pressupunham a pronta disponibilidade da irrigação por declive, um único trator ao invés de uma grande quantidade de animais para tração e o acesso a uma estrada vicinal com um caminhão. Quer dizer, é indubitavelmente evidente que tais unidades deveram seu sucesso mais à adaptação econômica do que a considerações sociais ou à forma das propriedades – mas essa é uma outra história.

²⁶ C. M. Castillo, “La Economía Agrícola en la Región de El Bajío”, in Problemas Agrícolas e Industriales de México, (8), 1965.